
DEBATE

O DESAFIO DA ÉTICA AGRÍCOLA¹

Levon Yeganiantz²
Manoel Moacir Costa Macêdo³

Neminem laede, immo omnes, quantum potes, juva (“Não prejudica ninguém, mas ajuda a todos, quanto podes”) - Atribuído ao pensamento ético de **Schopenhauer** (Ernest Tugendhat, 1997, p. 192).

As pessoas não são **conscientemente imorais**: são **inconscientemente amorais** (Anônimo).

RESUMO

As transformações em curso na sociedade, exigem mudanças nos mecanismos de formulação de políticas públicas, inclusive no que se refere à política agrícola. Nesse sentido, propõe-se a introdução da “ética agrícola” como um meio de encontrar sinergias e interações entre a economia agrícola, a sociologia rural e a filosofia moral, dentre outros. O objetivo deste trabalho é identificar os problemas e dilemas éticos dos diferentes componentes da política e das práticas agrícolas. O argumento metodológico, baseou-se no levantamento bibliográfico do atual estado-da-arte acerca das “convergências” e “divergências” entre a ética e os conceitos relativos às instituições e práticas sociais em sua evolução histórica. Entende-se como ética, o quadro de princípios, preceitos e regras de comportamentos implícitos nas leis, ou oriundos da tradição, dos usos e costumes correntes, e dos sistemas educacionais, sob os quais as pessoas devem ser julgadas pelo seu cumprimento. Um dilema ético não tem solução, ao contrário, ele acontece quando uma determinada situação não está plenamente definida no momento atual, e em termos de opções futuras. Além

¹ Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada na 52ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), 9 a 14 de julho de 2000, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

² Agrônomo, Engenheiro Agrícola, PhD em Economia Agrícola e Pósdoc. em Economia do Meio Ambiente. Pesquisador da Embrapa, Secretaria de Administração Estratégica, Brasília, DF. E-mail: Levon.Yeganiantz@embrapa.br

³ Engenheiro Agrônomo, Bacharel em Direito, PhD em Sociologia, Pesquisador da Embrapa, Secretaria de Administração Estratégica e Professor de Sociologia e Metodologia Científica. Brasília, DF.
E-mail: Manoel.Macêdo@embrapa.br

da identificação, alguns dilemas éticos podem ser quantificados. O trabalho conclui, mostrando exemplos de estratégias, onde existe a necessidade de identificar tendências e estabelecer imperativos éticos, que servem de referência ao controle das soluções de mercado e da maximização dos lucros no contexto da desejada mudança social.

Palavras-chave: Ética, ética agrícola, política agrícola.

THE CHALLENGE OF AGRICULTURAL ETHICS

ABSTRACT

The transformation of the society requires changes of the public policies, including the agricultural policy. As a result, it is important to have “the agricultural ethics” as a mechanism of the synergies and interactions amongst agricultural economy, rural sociology, moral philosophy and other related disciplines. The aim of this paper is to identify the ethical dilemmas and the ethical problems related to the economic or agricultural policy and practices. The methodological approach was based on the actual state of the art of the “converging” and “diverging” tendencies among the ethics and the various social practices and institutions in the historical context. Ethics includes principles, rules and behaviours, which came from the tradition, rules, costumes and the education system. An ethical dilemma has no solution, on the contrary it appears when a thing is neither well defined at present nor offers an optimum alternative option for the future. In addition to the identification, some ethical dilemmas can be quantified as well. The conclusion of this paper is the necessity to maintain the ethical imperatives in the context of the economic and agricultural policy formulation, and in the control of the market solutions in direction to the desired social change.

Key words: Ethics, agricultural ethics and agricultural policy.

INTRODUÇÃO

No atual momento brasileiro e mundial, são discutidos com intensidade as matérias concernentes a ética. O Brasil vive uma crise que ultrapassa as dimensões econômica, política e social. Na verdade, é uma crise que incide sobre as esferas dos valores éticos, “colocando em risco o alcance de uma organização democrática, justa e digna” (Enap, 1994, p. 4). Os valores éticos de caráter individual e privado são substituídos pelos conteúdos de natureza social, institucional e coletiva, algumas das quais predominavam na Idade Média.

Existem valores permanentes que não podem ser alterados com a modernização tecnológica e conceitual da agricultura, os quais devem influenciar a sua própria evolução. Dentre estes destaca-se o problema moral, o qual se coloca para os produtores, pesquisadores e outros atores envolvidos com o setor agropecuário.

A ética agrícola nega que a agricultura, enquanto uma atividade estritamente econômica, seja aética. O fundamental é superar o direito econômico e consagrar o direito do desenvolvimento sustentado que pressupõe a prevalência da ética nas relações individuais e sociais, relacionadas com a produção agrícola, segurança alimentar, erradicação da fome e proteção do meio ambiente.

A diversidade moral da sociedade, em seu processo contraditório, dá origem a dilemas éticos nos diferentes setores econômicos, particularmente no setor agrícola que tem uma maior concentração de pobreza e de problemas sociais, tanto no Brasil como no exterior.

As transformações em curso na sociedade, exigem mudanças nos mecanismos usuais de formulação de políticas e práticas agrícolas, os quais não atingem as exigências de consumidores esclarecidos e com poder de compra. Desse modo, propõe-se a introdução da ética agrícola como um meio de encontrar sinergias e ligações entre a economia agrícola, a sociologia rural e a filosofia moral, através do processo educacional e de reformulação da política agrícola.

Nos países com extensa área territorial como o Brasil, os meios de comunicação ainda são deficientes, principalmente no meio rural. As diferenças sociais entre o meio rural e urbano são acentuadas, e dominam culturas diferenciadas.

Gusmão (1983 p.124), afirma que as sociedades rurais não apresentam grande concentração de grupos sociais em espaços limitados. Para ele predomina o ambiente natural e o respeito às regras religiosas e éticas. Nota-se nessa cultura componentes religiosos e mágicos, em certos setores, predominando o lógico. Não são muito favoráveis às mudanças socioculturais. Tem a família maior estabilidade do que na cidade. É marcante a autoridade do chefe de família e predomina um menor índice de criminalidade, de adultério ou de divórcio.

Ética agrícola é orientada para reduzir as diferenças existentes entre a sociedade rural e a urbana, promovendo o desenvolvimento das áreas menos desenvolvidas, criando nessas regiões fontes de riquezas, novas formas de vida, estabelecendo nelas pequenas indústrias, facilitando empréstimos bancários ao homem do campo, melhorando as vias de comunicação do interior com os grandes centros, promovendo uma justa reforma agrária, propiciando a mecanização da lavoura, assistindo técnica e socialmente as populações rurais,

criando redes de hospitais e escolas na zona rural, de modo a evitar que se acentuem os desequilíbrios entre regiões de um mesmo país, desequilíbrios tão comuns e graves nos países subdesenvolvidos como por exemplo os da América Latina.

O objetivo deste trabalho é identificar os problemas e dilemas éticos dos diferentes componentes da política e das práticas agrícolas, e as tendências históricas e institucionais que afetam a evolução do setor agropecuário.

PROCEDIMENTOS

Neste ensaio, entende-se como ética, o quadro de princípios, preceitos e regras de comportamentos implícitos nas leis, ou oriundos da tradição, dos usos e costumes correntes, e dos sistemas educacionais (currículos), sob os quais as pessoas devem ser julgadas pelo seu cumprimento. Os princípios éticos estão entre os principais instrumentos que definem as relações econômicas, sociais, históricas e políticas nos sistemas de trocas, nas relações internacionais, nas relações de trabalho, e nos conteúdos culturais, interpessoais, na formulação da política agrícola e particularmente no ensino e pesquisa relacionados com as ciências agrárias.

A ética agrícola no contexto deste trabalho, seguirá a tese do “relativismo moral” (Jesus, 1999, p.7), que se baseia na necessidade de admitir as diferenças individuais. Ela deve acatar uma uniformidade convencional e assegurar aos envolvidos uma vida em comum em que as diferenças pessoais possam coexistir. Ao mesmo tempo, será adotado o enfoque “rawlsiano” e as linhas mestras de sua teoria ético-política de justiça, que é uma tentativa de integração de liberdade e igualdade (Nedel, 2000).

John Rawls como um democrata liberal e defensor do capitalismo “temperado com as modernas idéias sociais” (Nedel, 2000, p.191), assume uma postura filosófica, às vezes ambígua e oscilante, entre o jusnaturalismo e o positivismo jurídico e moral; entre o idealismo e o realismo; também entre o universalismo e o particularismo comunitarista (Nedel, 2000, p.191).

Rawls desenvolve o seu sistema ético-político de acordo com o postulado de que cada pessoa tem um similar direito a um sistema de liberdade e de direitos fundamentais comum a todos. Para ele, as desigualdades sociais são

permitidas quando relacionadas as oportunidades igualitárias, que visem maior benefício aos menos favorecidos. No contexto da ética agrícola, a concentração da renda e da terra na agricultura, somente pode ser justificada quando diminui a pobreza rural e aumenta o emprego.

O importante é entender, que tais princípios, visam a estrutura básica de uma sociedade que objetiva atingir um equilíbrio real e eficaz das convicções sobre a justiça, no sentido de estabelecer uma sociedade identificada com o processo democrático contemporâneo.

A perspectiva metodológica deste trabalho é baseada na seqüência observação - interpretação - interrogação (Almeida, 1999, p.51), principalmente na análise do material bibliográfico e documental. Isto quer dizer, que o argumento metodológico baseou-se no levantamento bibliográfico do atual estado-da-arte acerca das relações entre a ética e as práticas agrícolas, o que a implica rejeição dos instrumentos que propugnam pela neutralidade dos fatores de produção no contexto do paradigma da “Revolução Verde”, enquanto principal promotor da trajetória da produção agropecuária.

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ÉTICA

No contexto da história da humanidade, as plantas e os animais têm sido ao mesmo tempo alimento, força de trabalho e produto de troca entre os povos. A terra é o *habitat* natural das comunidades humanas, e também o principal recurso para a produção. “As dietas são ao mesmo tempo *cuisines* que expressam relações culturais com a natureza, com a família e a comunidade e com o corpo, e pacotes de nutrientes - substituíveis, e com preços diversificados - que se oferecem aos consumidores” (Friedmann, 2000, p.1).

No caso do Brasil, o seu descobrimento constituiu-se em uma das etapas do domínio europeu no mundo, na expansão do capitalismo nascente, com Portugal e Espanha à frente. A transformação do continente americano seguindo a imagem e o desejo dos europeus, aconteceu de forma lenta face à resistência dos nativos e à necessidade de moldar a natureza americana aos desígnios dos colonizadores. Nesse contexto, as atividades técnicas e científicas desempenharam um importante papel.

O descobrimento do Brasil no século XVI, seguiu uma época de combates

das duas potências ibéricas com países emergentes como a Inglaterra, Holanda e França, no desafio de manter as suas hegemonias. Nesse sentido, a ciência moderna esteve intimamente ligada com a ascensão rápida e ideológica da economia capitalista. Não se tem dúvida de que dois fatores fizeram a diferença em detrimento das pretensões espanholas e portuguesas e a tecnologia. Sem as duas não se poderia compreender o rumo tomado pelos acontecimentos na época moderna e contemporânea (Motoyoma et al., 2000).

Para facilitar a compreensão vários conceitos institucionais, e sua relação com a ética, estão apresentados nas Figuras 1 a 6. Agregados em grupos de quatro ou mais conceitos, uma realidade particular em cada período histórico é apresentada. Essas representações simbólicas, ao mesmo tempo em que oferecem uma verdadeira base inicial para a análise histórica, fornecem através da sua separação (divergências) e sua interação (convergências) o que se pode chamar de ação ética coletiva e transição da ética individual para uma ética comunitária.

Dito de outra forma, existe uma abordagem que parte de uma leitura antagônica de afrontamento ético entre o individual e o coletivo. É a oposição de interesses a partir de certas causas ou condições sociais que mobilizam os recursos para tentar modificar um dado estado de desigualdade definido pelas relações econômicas existentes.

Antes de identificar os principais dilemas éticos da agricultura, torna-se apropriado, por meio de esquemas lógicos classificar e identificar as diversas tendências “divergentes” e “convergentes”, que influenciam e determinam os caminhos da ética (inclusive a ética agrícola) em diferentes etapas da nossa civilização como segue:

1. Pré-história e História Antiga: convergência de **mitologia** e **necessidades** e divergência de **ética** e **mística**, como ilustração tem-se caso das populações indígenas. Ademais, segue-se a convergência da **ética, religião, costumes** e **cultura** como no caso das Missões Jesuítas (Figura 1).

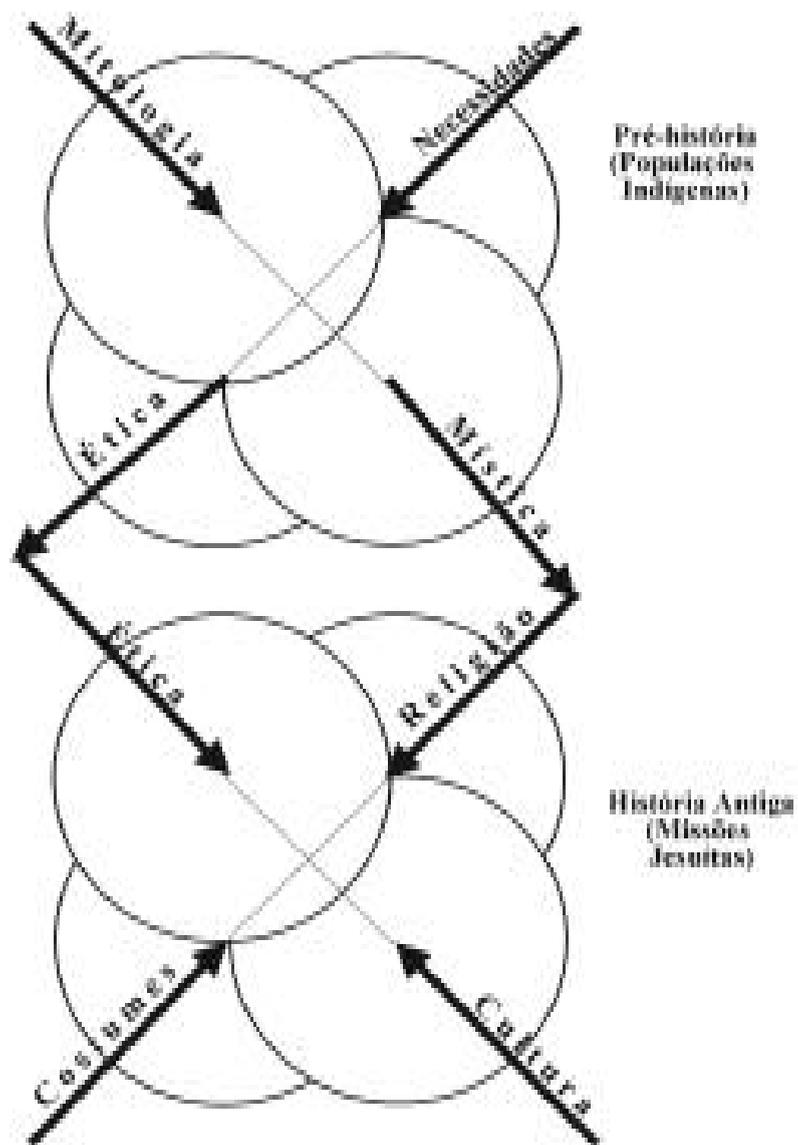


Fig. 1. Pré-história e História Antiga.

2. História Moderna: divergência da **ética - etiqueta - ideologia - método científico**, a exemplo da realidade predominante nos séculos XVII e XVIII (Figura 2).

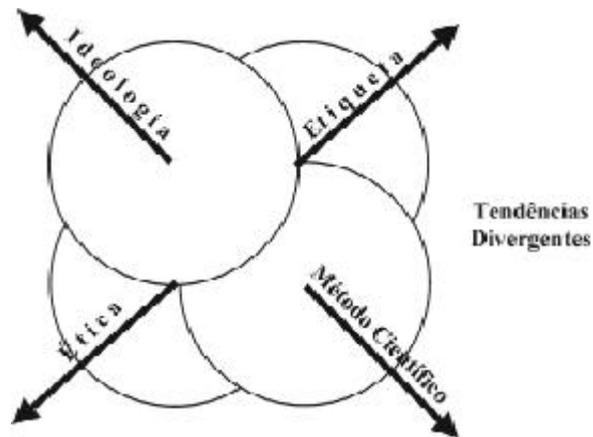


Fig. 2. História Moderna.

3. História Contemporânea: divergência da **ética - legalidade - justiça - legitimidade**, final do século XIX e século XX (Figura 3).

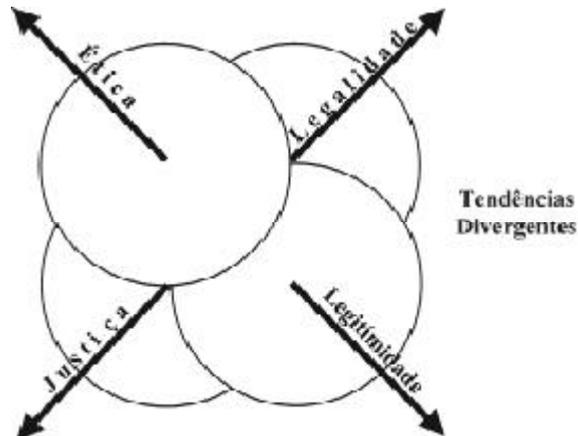


Fig. 3. História Contemporânea

4. Etapa Pós-Moderna: esta etapa caracteriza-se pela realidade do final do século XX, e compõe-se de duas diferentes tendências que operam simultaneamente (Figura 4).

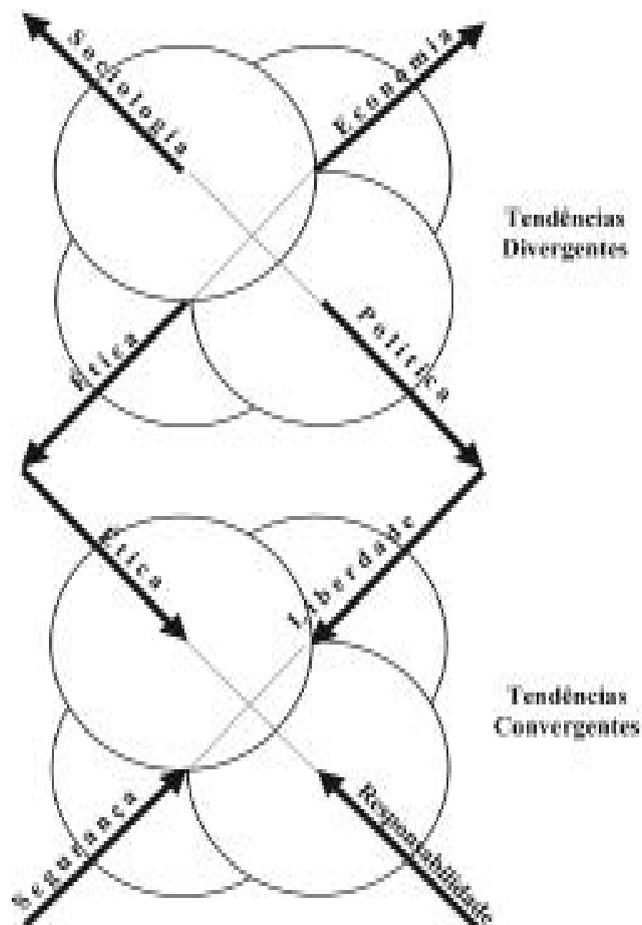


Fig. 4. Etapa Pós-Moderna.

- a. divergência da **sociologia - economia - ética - política.**
- b. convergência da **ética - liberdade - segurança - responsabilidade.**

5. Visão Futura: esta é uma visão até certo ponto utópica que também mostra várias tendências, a exemplo de tendências simultâneas convergentes e divergentes (Figura 5).

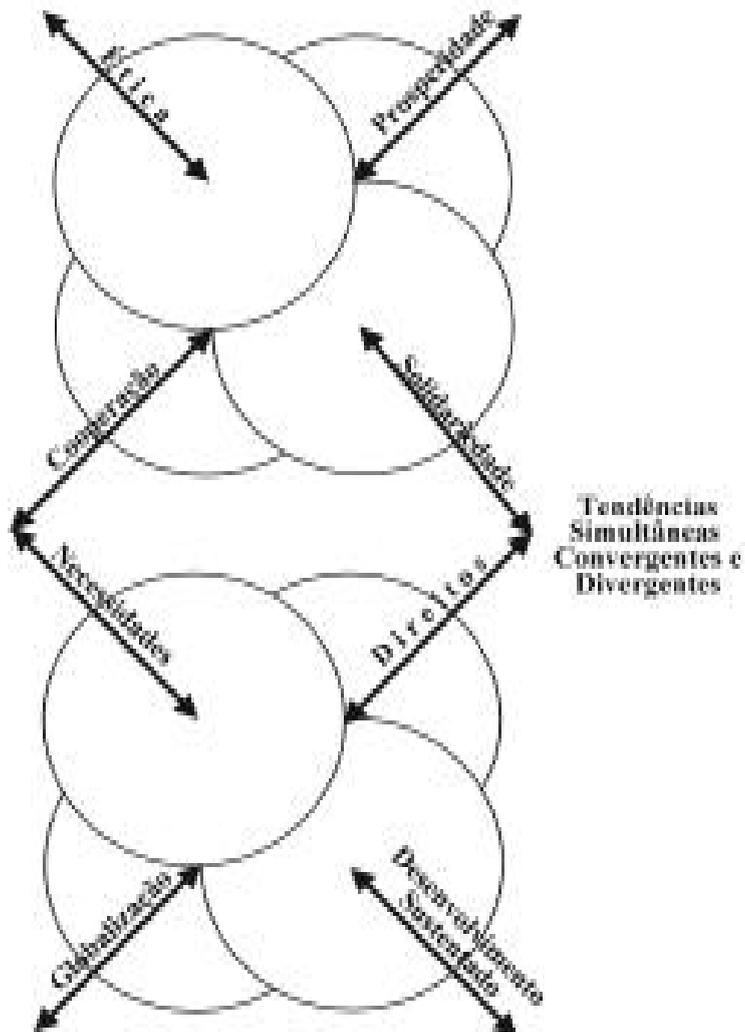


Fig. 5. Visão Futura.

a. esta tendência que neste momento parece divergente, mas dentro de uma visão utópica pode ser transformada em uma tendência convergente para evitar a exclusão e o *apartheid* (“*apartação*”) entre **ética - prosperidade - cooperação - solidariedade**.

b. outra conceituação desta tendência é a convergência ou divergência entre **necessidades - direitos - globalização - desenvolvimento sustentado**.

6. Desafios Operacionais e Imperativos Éticos (Figuras 6a, 6b, e 6c): atualmente o principal desafio ético que atinge a área social, econômica e política, é a criação de instrumentos e metodologias para fortalecer as convergências e evitar as divergências entre as novas disciplinas relacionadas com o conhecimento moral e jurídico. Torna-se indispensável a manutenção das interações e sinergias entre:

a. ética profissional - ética empresarial (agronegócio) - ética agrícola - bioética e, ao mesmo tempo, convergência entre direito agrário - biodireito - direito ambiental - direito econômico. Assim, as novas dimensões da ética criam as suas próprias leis e contemporâneas especializações no campo do direito e das ciências sociais, a exemplo da sociologia jurídica.

b. novo rural - agricultura de precisão - biotecnologia agrícola - agricultura biológica. Estes constituem-se nos novos desafios do progresso técnico e científico do processo de produção agropecuária que aparecem com nomes tais como: “a revolução duplamente verde”, “a terceira revolução verde”, e a “revolução da biotecnologia e engenharia genética”. A característica principal destes novos paradigmas é, ao contrário da “Revolução Verde” dos anos setenta, as externalidades como a poluição e os desperdícios de insumos e produtos constituem-se em elementos de mobilização da sociedade. Ademais, realçam as novas interações com os setores de saúde (incluindo os farmacos), lazer (eco e agroturismo) e o aproveitamento da mão-de-obra ociosa, todos integrados no conjunto do negócio agrícola do chamado novo rural. A relação com a indústria tradicional é fortalecida através das tentativas de reconquistar o mercado dos produtos de origem hidrocarbônica pelos produtos oriundos dos carboidratos. O objetivo é substituir os recursos não-renováveis pelos renováveis, como os combustíveis advindos da biomassa, a substituição dos fertilizantes químicos por aqueles oriundos da adubação verde, os agrotóxicos pelo controle biológico,

o plantio direto, pela redução do uso de máquinas e equipamentos agrícolas, dentre outras práticas consideradas no conjunto da produção da agricultura sustentada. Já no plano da política econômica globalizada em geral e da política agrícola em particular, é imperativo que se evite a divergência e se fortaleça a convergência tanto no setor público como no privado entre **liberdade - igualdade - competição - cooperação**.

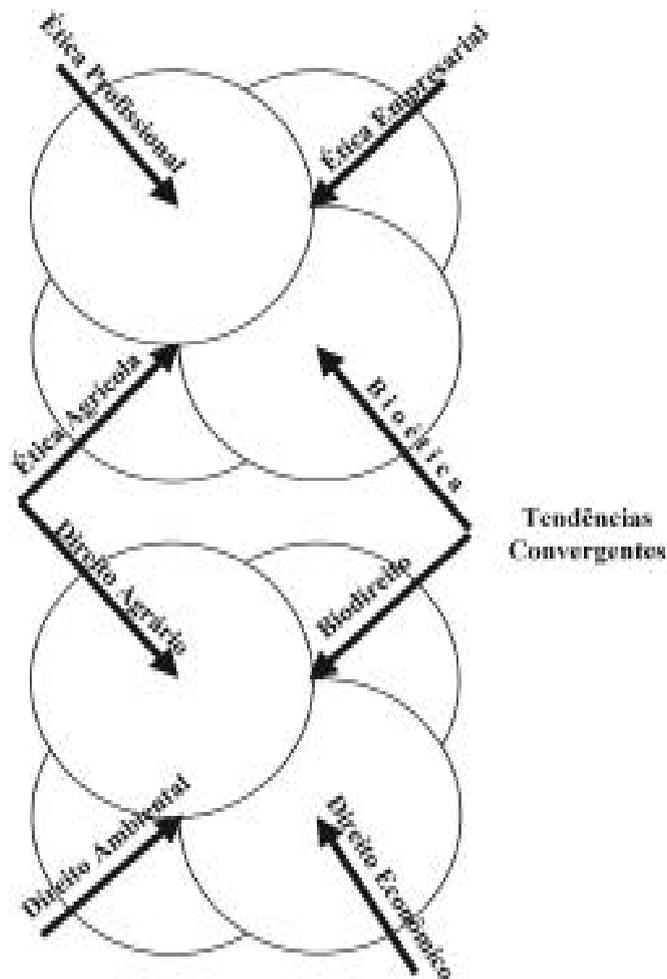


Fig. 6a. Desafios Operacionais dos Imperativos Éticos.

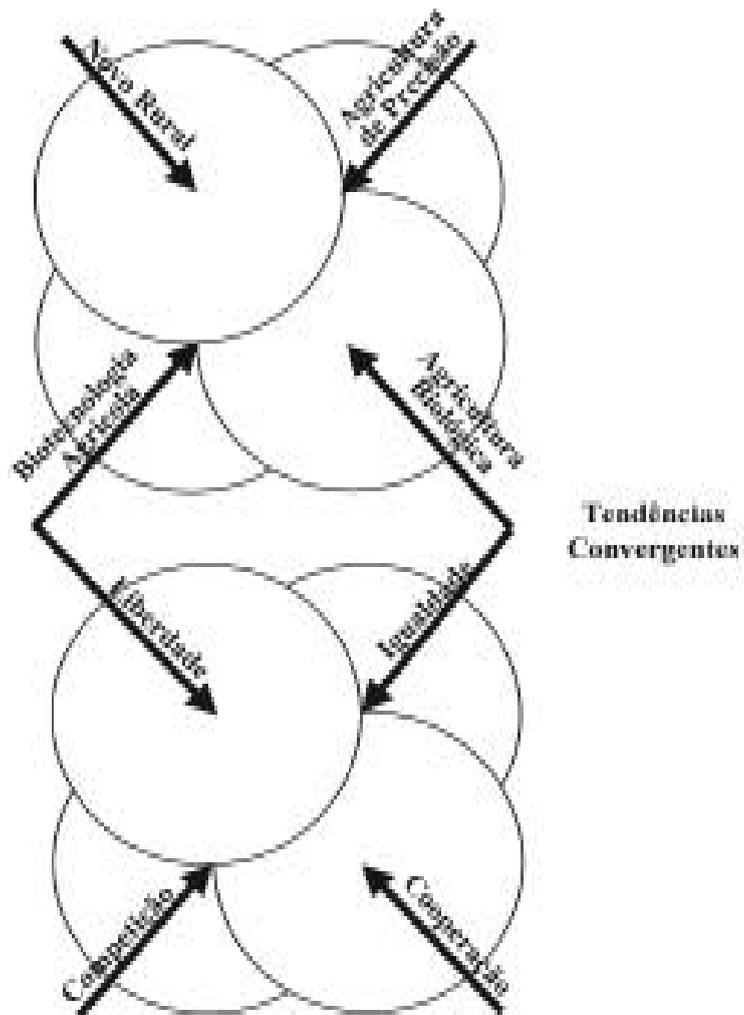


Fig. 6b. Desafios Operacionais.

c. O desafio mais importante e o maior imperativo ético, é desenvolver o máximo esforço para estimular a separação (divergências) entre **irresponsabilidade - negligência - ignorância - corrupção** para combater os vícios, e estimular as virtudes e o bem-estar social na sociedade moderna.

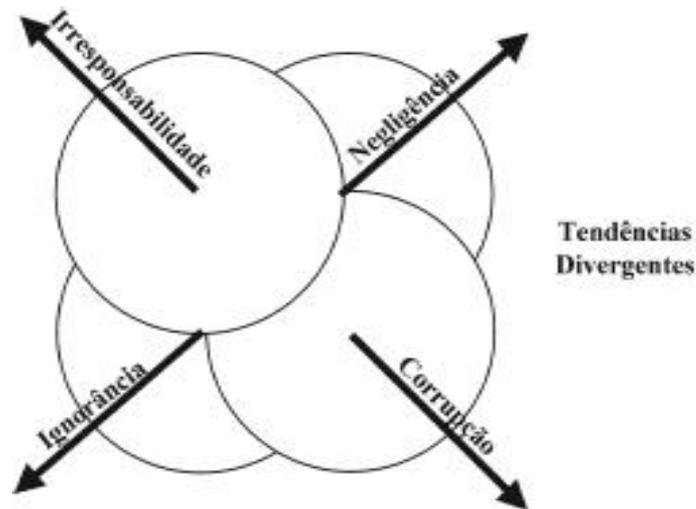


Fig. 6c. Desafio Operacional.

Para concluir esta análise, deve-se enfatizar que a ética, particularmente a ética agrícola, não é uma simples cruzada erguida em nome da moral, mas é a principal estratégia na luta contra os vícios e atrasos, que por meio de políticas públicas, a exemplo da política agrícola, que determina a abrangência e a prática desta luta. As investigações agronômicas, sociais, econômicas e políticas e às relacionadas com o meio ambiente, adquirem uma dimensão ética, que se transforma em uma visão diferenciada na forma holística e interdisciplinar, muito além das soluções do mercado.

OS DILEMAS ÉTICOS NA AGRICULTURA

Segundo Gortner (1991 p. 40 - 41), existe um dilema ético, em situações nas quais dois ou mais valores em conflito são importantes e competitivos, sendo que um deles deve prevalecer sobre os demais. Para Enteman (1993, p.197), em geral as pessoas não abordam as questões da filosofia moral, a não ser que tenham algum tipo de dilema moral ou ético.

O mesmo autor sugere que para as pessoas que se encontram em situações de dilemas, são exigidas três condições mutuamente essenciais: (a) - que estejam perante uma escolha ética; (b) - que estejam comprometidas em realizar o que é moralmente certo e (c) - que estejam confusas em relação ao que é correto. Essas três condições podem ser resumidas como **escolha, compromisso e confusão**.

Um dilema ético não tem solução, ao contrário, ele acontece quando uma determinada situação não está plenamente definida, seja ela atual ou futura. Assim, considera-se essa situação como insatisfatória, sendo que, ao mesmo tempo, existem alternativas mais desejáveis e factíveis. Além da identificação dos dilemas éticos, eles podem ser quantificados.

Mediante os princípios da ética agrícola, pode-se compreender os valores que definem os diferentes sistemas agrícolas, incluindo os conflitos ambientais relacionados com as suas utilidades no curto e longo prazos, principalmente no que diz respeito às relações entre a agricultura de “máxima produtividade” (*maximum yield*) e a agricultura sustentável. Problemas de política agrícola como as questões de equidade entre o setor rural e o urbano, de reforma agrária, de abastecimento e segurança alimentar, de crédito subsidiado e dos juros e taxas, podem ser considerados como dilemas éticos e morais.

Baseados em informações estatísticas da Organização das Nações Unidas (ONU), o mundo encontra-se dividido em dois grupos de países: o mundo desenvolvido (o Primeiro Mundo) com uma população de um bilhão de habitantes, onde 80% deles são considerados detentores de alta renda e identificados como os incluídos. No Primeiro Mundo encontra-se aproximadamente 200 milhões de excluídos, os quais podem ser considerados juntos com a maioria dos habitantes do Terceiro Mundo.

No caso do mundo em desenvolvimento (o Terceiro Mundo) tem-se uma

população aproximada de cinco bilhões de habitantes, e destes 20% são caracterizados como possuidores de alta renda, ou seja são os incluídos. Ao passo que, 80% são excluídos de qualquer benefício do desenvolvimento. Deste modo, pode-se verificar que os chamados incluídos são distribuídos (em termos absolutos) entre o Primeiro e Terceiro Mundos, sendo que a parte dos incluídos no Terceiro Mundo é ligeiramente superior à dos incluídos no Primeiro Mundo⁴. Estas estimativas são oriundas de novas estatísticas consubstanciadas no chamado PPP (Purchasing, Power and Parity, ou poder de compra), ao invés, das tradicionais estimativas de contas nacionais baseadas no dólar corrente e nas taxas oficiais de câmbio.

Presume-se que 50% da população do Terceiro Mundo dependem direta ou indiretamente da agricultura. A grande maioria da população rural, ou aproximadamente 80% dela, está no estado de pobreza relativa e de exclusão social. Isto significa dois bilhões de habitantes, dos quais a maioria é mulher, e merece um tratamento diferenciado do ponto de vista da ética “rawlsiana”. Isto justifica a introdução da ética agrícola como uma disciplina que pode complementar (não substituir) o desenvolvimento agrícola, no sentido de contribuir para a erradicação da pobreza e da miséria no setor agropecuário.

De acordo com a FAO, atualmente os países desenvolvidos têm oito milhões de desnutridos e os países em transição (ex-membros do bloco soviético), têm 26 milhões nessa situação. Já em 1995, o número de desnutridos nos países em desenvolvimento era de 790 milhões. Este número constituía 18% da população desses países. A estimativa para 1979/81 era de 29% da população, o que indica uma melhora significativa, e, ao mesmo tempo, a necessidade de aumento

⁴ Segundo Petras & Veltmeyer (2000, p. 52-53) “hoje em dia na América Latina, 15 a 20% da população desfrutam de um estilo de vida de “Primeiro Mundo”: eles matriculam seus filhos em escolas particulares, pertencem a *country clubs* onde nadam, jogam tênis e fazem ginástica aeróbia, fazem cirurgias plásticas faciais em clínicas privadas, viajam em carros luxuosos por rodovias privatizadas com pedágio e comunicam-se mediante computadores, fax e serviços de correio privado. Eles moram em condomínios cercados protegidos por polícia particular. Tiram férias com frequência e fazem compras em Nova York, Miami, Londres ou Paris. Seus filhos frequentam universidades no exterior [...] o restante da população vive num mundo totalmente diferente: eles estão sendo levados do “Terceiro Mundo” para um estilo de vida de “Quarto Mundo”. Cortes no gasto social e a eliminação, praticamente, de subsídios à alimentação básica têm lançado camponeses na subnutrição e na fome”.

no melhoramento na produção de alimentos nesses países.

O argumento principal deste trabalho, é acrescentar à proposta do Professor Cristovam Buarque (1999), que argumenta que o desenvolvimento não soluciona os problemas da pobreza, ao contrário, para ele, somente a introdução da ética em seu sentido amplo, como uma ação de política nacional e internacional pode contribuir para a redução da miséria.

Primavesi (2000, p. 5), escreve que há 200 anos a população se duplicava em 123 anos. Atualmente ela se duplica a cada 12 anos. Isto implica que o prazo para se produzir comida, moradia e emprego é dez vezes menor do que a dois séculos atrás. Produz-se mais e, ao mesmo tempo o número de famintos no mundo aumentou de 25 para 790 milhões de pessoas. A autora afirma que, 50 anos atrás, o Brasil tinha pobres, mas não possuía famintos ou miseráveis, sendo que atualmente existem no País 45 milhões de pessoas em miséria absoluta. Para estes, poderia sobrar alimentos, considerando que 75% dos cereais e 80% da soja são destinados à alimentação animal. A causa maior da fome e da miséria é a carência do poder aquisitivo da população. A Tabela 1, apresenta exemplos de estratégias de política agrícola, nas quais existe a necessidade de se estabelecer limites éticos que servem de referência ao controle das soluções de mercado e maximização dos lucros no contexto da desejada mudança social e da proteção do meio ambiente.

Outros exemplos de dilemas ou problemas éticos que formam os desafios da ética agrícola são identificados como segue: os preços agrícolas (justos em relação ao produtor), o abastecimento (segurança alimentar e defesa do consumidor), a qualidade do alimento (implicações na saúde e na nutrição), a alimentação humana (grãos como fonte calórica), a alimentação animal (grãos como suplemento protéico), a sinergia entre produtos e resíduos (co-evolução da tecnologia relacionada com o uso de produtos e resíduos), a relação entre desperdícios e fraudes (mercado paralelo e cálculo das externalidades), a qualidade de insumos e produtos (veracidade dos rótulos e informações assimétricas), os termos de trocas (equidade no câmbio), o crédito agrícola (equidade e taxas de juros), a reforma agrária (a terra como um bem social ou fonte de especulação e reserva de valor), o desenvolvimento tecnológico (aumento da produtividade *versus* desemprego), a propriedade intelectual (privatização do conhecimento), da irrigação (distribuição, desperdício e poluição da água); da conservação do solo (erosão e sustentabilidade), a preservação da biodiversidade (erosão genética), o controle de pragas e doenças (otimização do controle integral e biológico visando o interesse individual e coletivo), da problemática da mulher (igualdade entre gêneros) e a representação desproporcional de alguns interesses (grupos de pressão).

CONCLUSÕES

Conclui-se que como ocorreu com a “emergência histórica da bioética como uma nova reflexão de responsabilidade sobre o futuro do homem” (Sgreccia, 2000, p. 21) nos novos cursos de biologia, os quais desde o seu início incluíram os ensinamentos da bioética; do mesmo modo a ética agrícola deve constituir-se em um componente obrigatório dos novos cursos relacionados com as ciências naturais e agrárias. Atualmente mais que uma dúzia de universidades americanas mantém a ética agrícola como uma disciplina nos seus currículos escolares. Um outro exemplo é o caso da prestigiosa revista americana “*Agricultural Values*” que publica com prioridade matérias referentes às questões da ética agrícola, durante aproximadamente vinte anos.

Espera-se que as organizações responsáveis pela agricultura possam superar a fase limitada da acumulação linear dos lucros, para ingressar numa etapa em que a ética agrícola estabeleça os princípios da responsabilidade social do

agronegócio, como uma estratégia da gestão empresarial e do sucesso competitivo dos negócios. Como uma consequência, os diferentes componentes das políticas e práticas agrícolas devem ser orientados na direção dos elementos de natureza ética, como uma forma de tratar os dilemas morais identificados neste trabalho.

A ética pode ser usada de forma ambígua, como uma “faca de dois gumes”. A falsa moralidade da ética agrícola, pode transformar a proteção do meio ambiente em disfarces legais para legitimar a proteção e as barreiras alfandegárias contra as exportações de produtos agrícolas. Desta forma, substituem-se os velhos mecanismos de controle alfandegários hoje proibidos face aos convênios internacionais, pelas barreiras não-tarifárias justificadas pelos novos conceitos (modismos) relacionados com a preservação do meio ambiente, com a exploração do trabalho infantil e outras questões relativas aos direitos humanos.

A principal conclusão deste trabalho exploratório é a formulação da hipótese, segundo a qual a agricultura brasileira além da sua função econômica e social, tem uma missão ética a cumprir neste novo milênio. Para justificá-la, conclui-se com a citação de Zweig (1941), um dos maiores pensadores e escritores deste século, para quem o Brasil tem um grande destino no contexto mundial.

Após 60 anos, podem ser complementadas a citação de Zweig (1941), com as “novas e surpreendentes” (recém identificadas) fontes de riquezas do Brasil, como o país da maior biodiversidade, da maior disponibilidade de água potável, do maior acesso a energia solar, da maior disponibilidade de terras agricultáveis, e dos recursos para o eco e agroturismo. Isto confirma o desafio e a missão ética do Brasil no contexto global, além do potencial econômico da sua agricultura no novo milênio.

Para finalizar vale salientar que a ética está deixando de ser apenas uma parte da filosofia moral para tornar-se uma metáfora cultural, política e social. Como metáfora, ele nos permite questionar algumas de nossas mais acalentadas suposições e suscita novas indagações sobre a própria realidade. Prestar atenção aos aspectos éticos no contexto da realidade agrícola é um modo de vislumbrar os movimentos misteriosos e imersíveis que cria o mundo e o mantém coeso. Para uma sociedade científica é uma nova maneira de ver as coisas, dentro dos novos horizontes da biotecnologia e informática aplicadas às ciências agrárias,

saúde e lazer de forma integral e holística.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999. 214 p.
- ANDERSON, E. The Ethical limitations of the market. **Economics and Philosophy**, v. 6, p.179-205,1990.
- BOULDING, K. E. Normative Science and Agricultural Policy. In: DAY, R. H., ed. **Economic Analysis and Agricultural Policy**. Ames: The Iowa State University Press. 1982. p.34-45.
- BUARQUE, C. **A Segunda Abolição: um manifesto** - proposta para a erradicação da pobreza no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 137 p.
- DANZIER, S.; HAVEMAN, R. **An economic concept of solidarity: its application to poverty and income distribution in the United States**. Madison: Institute for Research on Poverty - University of Wisconsin, 1978. 22 p.
- DEWEY, J. **Ethics**. In: ENCYCLOPEDIA Americana. New York: American Corp., 1956. v. 10, p.540-546.
- ENAP-Escola Nacional de Administração Pública. **Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal**. Brasília: Centro de Documentação, Informação e Difusão Graciliano Ramos, 1994. 23 p.
- ENTEMAN, W. F. **Managerialism**: the emergence of a new ideology. Madison: The University of Wisconsin Press, 1993. 258 p.
- FRIEDMANN, H. Uma economia mundial de alimentos sustentável. In: BELIK, W.; MALUF, R. S., org. **Abastecimento e segurança alimentar**. Campinas: IE/UNICAMP, 2000. p.1-21.
- GORTNER, H. F. How Public Managers View Their Environment: balancing organizational demands, political realities, and personal values. In: BOWMAN, J. S., ed. **Ethical Frontiers in public management**. Oxford: Jossey - Bass Publishers, 1991. p.34-63.
- GUSMÃO, P. D. de. **Manual de Sociologia**. Rio de Janeiro: Forense

Universitária, 1983. 254 p.

JESUS, D. E. de. Prefácio. In: CHANGEUX, Jean - Pierre, org. **Uma ética para quantos?** Bauru: Edusp, 1999. p.7-9.

LADD, G. W. Value judgments and efficiency in publicly supported research. **Southern Journal of Agricultural Economics**, p.1-7, July 1983.

MACNEILL, J.; WINSEMIUS. P.; YAKUSHIJI. T. **Para além da interdependência: a relação entre a economia mundial e a ecologia da terra.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. 177 p.

MACPHERSON, W. L. A critical appraisal of Family Farms as an Objective of Public Policy. In: DAY, R. H., ed. **Economic Analysis and Agricultural Policy.** Ames: The Iowa State University Press, 1982. p.75-90.

MOTOYOMA, S.; QUEIROZ, F. A. de; OLIVEIRA FILHO, J. J. de; DANTES, M. A.; NAGAMINI, M.; VARGAS, M.; FIDALGO. O. **500 anos de Ciência e Tecnologia no Brasil.** São Paulo: FAPESP, 2000. 40 p. (FAPESP Pesquisa - Suplemento Especial, n. 52).

NEDEL, J. A **Teoria Ético-política de John Rawls.** Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul, 2000. 199 p.

PETRAS, J.; VELTMEYER, H. **Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio.** Petrópolis: Vozes, 2000. 267 p.

PIDERIT, J. J. **The Ethical Foundations of Economics.** Washington: Georgetown University Press, 1993. 339 p.

PRIMAVESI, A. A alimentação no Século XXI. **Agroecologia Hoje**. v. 1, n.3, p.5-6, jun./jul. 2000.

SGRECCIA, E. **A Bioética e o Novo Milênio.** Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2000. 40 p.

TUGENDHAT, E. **Lições sobre Ética.** Petrópolis: Vozes, 1997. 430 p.

ZWEIG, S. **Le Brésil, Terre d'avenir.** Paris: L'Aube, 1941.